

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA (AEE): O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE (SEA) CLASSROOM: THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGY IN THE PROCESS OF DOCENTS INCLUSION IN TEACHING-LEARNING ACTIVITIES

Márcia Lazzari Viana 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre, RS, Brasil
marcialazzariviana@gmail.com

Maria do Rocio Fontoura Teixeira 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre, RS, Brasil
mrfontoura@gmail.com

Resumo. Para garantir a escolarização dos alunos com deficiência, não basta o direito de frequentar a escola, é preciso ensinar e dar sentido aos conteúdos desenvolvidos e que atendam as diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem, promovendo novas propostas curriculares. Através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promoveu a Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais e a Instituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. A sala de AEE vem ser um espaço da escola, na qual se disponibilizam materiais didáticos, pedagógicos e de Tecnologia Assistiva, onde trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência. Essas salas têm o objetivo de buscar a melhoria do ensino-aprendizagem do aluno no contexto escolar. Na Educação, a Tecnologia Assistiva auxilia no processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência, promovendo mais autonomia dentro de suas habilidades na realização de suas tarefas. É importante salientar que o professor precisa ter conhecimento técnico e o domínio dos recursos de Tecnologia Assistiva para que possa integrar essas ferramentas às suas práticas pedagógicas. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi apresentar um estudo bibliográfico, propondo uma discussão do estado da arte de assuntos relacionados às Salas de Recursos Multifuncionais e da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Após a realização do trabalho conclui-se que a Inclusão dos alunos com deficiência bem como a utilização das Salas de Recursos multifuncionais ainda é um grande desafio a ser trabalhado no sistema educacional. É preciso um novo olhar para a educação, pois através das políticas públicas é possível promover acessibilidade e inclusão para os alunos com deficiência buscando o desenvolvimento de suas habilidades no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras chave: inclusão escolar; sala de AEE; tecnologia assistiva.

Abstract. *It's not enough, to ensure the schooling of the students with disabilities, only the right of attending school, it is necessary to teach and give meaning to the contents developed and that meet the different characteristics, potential, and learning pace. Through the National Policy on Specialized Education in Inclusive Education, the classrooms called: Salas de Recursos Multifuncionais e a Instituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica were promoted. The AEE classroom is a space of the school, where didactic, pedagogical and Assistive Technology materials are available, where professionals with specific training to attend the students with special educational difficulties due to some type of disability are ready to support them. These classrooms aim to improve student learning in the school context. In the Education field, the Assistive Technology aid in the Process of Learning and Development of Students with Disabilities, further promoting the autonomy within their abilities in the accomplishment of their own tasks. It's important to emphasize that the teacher needs to have technical knowledge and mastery of Assistive Technology resources, so this tools can be implemented within his/her pedagogical practices. In this context, this research aims to make a bibliographical research, through the literature on the subject, proposing a discussion about the state of the art of work. In this context, this work objective was to present a bibliographic study, proposing a discussion about the art state of issues related to the Multifunctional Resource Rooms and scholar inclusion of students with disabilities. With the ending of the presente work, can be concluded that, the students' with disabilities inclusion, as well the Multifunctional Resource Rooms usage, still a great challenge to be worked on in the educational system. A new look at education is needed, since it's possible, through public policies, promote accessibility and inclusion for students with disabilities, seeking to develop their skills during the teaching-learning process.*

Keywords: school inclusion; AEE classroom; assistive technology.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência tem sido foco de políticas públicas que conduzem a um novo paradigma de inclusão social. Com a Constituição Federal, em 1988, iniciou-se o programa de Educação para todos, buscando o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além da garantia ao direito à escola para todos.

Neste contexto, as salas de recursos multifuncionais foram implantadas por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, a qual foi destinada para dar suporte técnico e financeiro ao sistema de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE aos alunos com deficiência. As salas de AEE têm o objetivo de garantir o acesso ao ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos e oferecem um serviço de apoio complementar ou suplementar à

escolarização em classe comum, podendo ser ofertado no contra turno. É importante salientar a capacitação dos professores para esse novo processo de ensino e aprendizagem, para que possam enfrentar esse desafio com subsídios que os ajudem a reelaborarem suas propostas pedagógicas em materiais didáticos e pedagógicos acessíveis para os alunos com deficiência. Diante desse desafio, saibam também respeitar as diferenças e conviver com elas através de um ensino participativo, colaborativo, com solidariedade de reconhecimento e do valor às diferenças.

Assim, este estudo pretende verificar, junto aos autores dedicados à esta área do conhecimento, os avanços ou dificuldades encontradas com a utilização das Salas de Recursos e como têm se dado a inclusão dos alunos com deficiência. Este tema ainda é muito discutido no sistema educacional, basicamente pelas dificuldades que muitos profissionais da área ainda encontram para implementar a Educação para Todos.

A justificativa do estudo associa-se ao pensamento dos autores, pois moveu-se pela necessidade de entender se a Educação para Todos tem sido efetiva e inclusiva. As escolas precisam um novo olhar para aceitação das diferenças destes alunos, adaptando os métodos pedagógicos e curriculares para suprir as necessidades de cada um. Assim podemos criar uma escola inclusiva onde as barreiras atitudinais e as barreiras arquitetônicas possam ser superadas.

A metodologia adotada para a elaboração da pesquisa apresenta características que dialogam com as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. (GIL, 2002). Realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os temas Inclusão Escolar, Salas de Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva, cujos conceitos são abordados a seguir.

INCLUSÃO: CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE

Historicamente, as pessoas com deficiência, por um período, foram expostas como monstros por de trás de suas anomalias. Durante o século XIX, na Europa, essas pessoas eram exibidas em circos como atrações por suas estranhezas, deformidades, mutilações, monstruosidades do corpo humano durante os espetáculos. No século XX inicia o declínio e o desaparecimento das exposições dos monstros humanos. Nesse período, começa um novo olhar para o corpo, deixando de ser monstro e passando a ser um corpo com enfermidade (COURTINE, 2008).

Na inclusão social, as palavras integração e inclusão possuem sentidos distintos. A integração significa preparar a pessoa com deficiência para o convívio social, e a inclusão quer dizer que a sociedade deve se adequar às necessidades das pessoas com deficiência, promovendo o exercício de sua cidadania (SASSAKI, 1997).

Na sociedade, o homem é valorizado por suas habilidades no trabalho. Assim, o indivíduo com limitações ou com deficiência era considerado inútil, as pessoas com algum tipo de deficiência ou doente eram largadas, dependiam da caridade de instituições que serviam de abrigo e de cuidados pessoais. Ao longo do tempo, a postura da sociedade com relação às pessoas com deficiência foi se modificando de acordo com a cultura, as crenças, fatores econômicos, políticos e sociais (SONZA, 2013).

Deniz (2009) refere-se à deficiência como uma desvantagem social, o corpo com impedimentos significa que alguém vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Esses corpos são restringidos de participação social não pelas suas deficiências, mas sim pelas barreiras sociais existentes.

Por muito tempo prevaleceu o modelo biomédico, o qual classificava os impedimentos corporais como inabilitados para exercer uma profissão ou trabalho produtivo. Com o novo modelo de classificação das deficiências, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF mudou a percepção da deficiência como doença, passando a interpretar a deficiência como uma pessoa com limitações, sendo avaliadas suas habilidades e pontencialidades, mas impedido de viver e de participar em sociedade devido às barreiras sociais.

Le Breton (2007) aborda a deficiência como um estigma, no qual a pessoa com deficiência é vista como um ser deficiente ao invés de ter uma deficiência, tornando a visão dessas pessoas como inválidas, dignas de compaixão e diferentes de nós, gerando na pessoa com deficiência uma incerteza de como ela será aceita e vista.

Ao falarmos em Inclusão Social, estamos tratando também de exclusão social, que compreende todas as pessoas, grupos ou segmentos minoritários que até então eram excluídos do sistema social comum. A Inclusão Social ocorre através das relações interpessoais que só é possível reconhecerem o outro como sujeito se nós considerarmos suas diferenças.

Nas propostas de educação inclusiva presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (Brasil, 1996), nas orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a) e, ainda, no Decreto presidencial 6.571, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008 b) surge o entendimento da inclusão escolar como impulsionadora de transformações no campo educacional. A inclusão implica numa mudança de paradigma educacional. Mantoan (2015) comenta que ainda nos deparamos com escolas conservadoras, tradicionais, onde os professores persistem em dizer que não estão preparados para ensinar aos alunos de inclusão, pois não sabem lidar com as diferenças.

As práticas e a visão de Inclusão nas escolas estão muitas vezes atreladas à produção da identidade e da diferença, onde a escola acaba identificando apenas as questões das diferenças (deficiência) e não o sujeito com suas habilidades e potencialidades. Questões que estão presentes na compreensão de que as diferenças e a identidade são vistas como fixas e estabelecidas de tal forma que são expressas pela tolerância e o respeito ao outro (MANTOAN, 2015, p.34).

Na inclusão escolar, a tolerância se converte em direito, pois muitos aceitam conviver com a diferença porque está imposta por um direito reconhecido. Tolerar não significa necessariamente respeitar, pode ser um ato de indiferença, muitas vezes as pessoas não conseguem desenvolver empatias com aqueles que são diferentes. A inclusão não é a eliminação da diferença, mas o reconhecimento da diferença: a exclusão, essa sim, é o não reconhecimento do outro (BENEVIDES, 2000).

Conforme Mantoan (2015), o direito à diferença nas escolas provoca uma crise institucional, visto que desconstrói um sistema escolar excludente, normativo, conservador, onde é difícil romper com o velho modelo escolar e reproduzir a nova proposta de ensino que a inclusão propõe.

Uma escola pode ser inclusiva na medida em que minimiza os aspectos da desvalorização do aluno baseado na sua capacidade de aprendizagem e no seu rendimento escolar. A inclusão escolar tem que ser pensada a partir da prática pedagógica, do trabalho na diversidade, das habilidades atitudinais, bem como de um projeto curricular que privilegie percepções sociais e a construção de identidades e conhecimentos, tanto de educando como de professores (CARVALHO, 2008).

Com o entendimento que a inclusão escolar vai além da acessibilidade arquitetônica, além de matricular alunos com deficiência em salas de aula do ensino regular, ela vai ao encontro de uma proposta de reestruturação no método de ensino-aprendizagem e avaliação desses alunos de maneira que eles se sintam incluídos no espaço escolar (MANTOAN, 2015).

Falar em inclusão implica em transformação, implica em possibilidades de ações que sejam transformadoras no ponto de vista educativo, físico, profissional e social em que todos possam ter o direito de participar respeitando suas diferenças e considerando as suas potencialidades (BARTALOTTI, 2010).

PROPOSTA DA SALA DE RECURSOS E SEU OBJETIVO

Para garantir a escolarização dos alunos com deficiência não basta o direito de frequentar a escola de ensino regular, é preciso ensinar e dar sentido aos conteúdos, construindo propostas curriculares flexíveis que atendam as diferenças (CARLETO, 2013).

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, objetivou, dentro do Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Assegurar o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar. (MEC/SEESP2010, p.9)

Para atingir tais finalidades, o MEC/SEESP realizou e ainda realiza as seguintes ações:

Aquisição dos recursos que compõem as salas; Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados; Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas; • Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE; Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas; Promoção da formação continuada de professores para atuação no AEE; Publicação dos termos de Doação; Atualização das salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Programa; Apoio financeiro, por meio do PDDE Escola Acessível, para adequação arquitetônica, tendo em vista a promoção de acessibilidade nas escolas, com salas implantadas. (MEC/SEESP, 2010, p.9)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) veio para garantir a efetivação das práticas de atendimento educacional especializado para os sujeitos com deficiências nas redes públicas de ensino.

A partir dessa política, instituíram-se diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade da Educação Especial, (Resolução nº 04/09), e nessa Resolução, no artigo 4º, considerou-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (MEC/SEESP2010, p.7).

A resolução apresenta, no seu artigo 5º, que o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização - não sendo substitutivo às classes comuns. O AEE também pode ser realizado em centro de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas ao Poder Público (BRASIL, 2009, art. 5).

Assim, de acordo com a referida resolução, o professor da sala de recursos multifuncionais colabora trabalhando em conjunto com o docente da sala regular a fim de que o aluno com necessidades educacionais especiais possa ter acesso a um processo educativo que contemple as suas especificidades. A resolução objetiva oferecer o AEE como:

Função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, art.5).

A nota técnica da SEESP/GAB nº 11/10 trouxe orientações para a Institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas comuns em 2011. A resolução nº 27/11 e o Decreto nº 7.611/2011 disponibilizaram recursos para dar acessibilidade às escolas que receberam as salas de AEE, bem como matrícula dupla de alunos público alvo da educação especial, em classes comuns do ensino regular.

Conforme o Ministério de Educação, as salas de recursos podem ser classificadas em Tipo I e Tipo II. As salas do tipo I são para atendimentos dos alunos que apresentam deficiências e condutas típicas. As salas são compostas de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos para a oferta dos atendimentos, abaixo o Quadro 1 demonstra a lista de materiais para cada sala de AEE do tipo I.

Quadro 1. Lista de equipamentos, mobiliários e material didático-pedagógicos para sala Tipo I

Equipamentos	Materiais Didáticos/Pedagógicos
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de numerais I
01 Impressora Laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra cabeça- sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de associação de ideias
Mobiliário	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de animais em libras
04 Cadeiras	01 Dominó de frutas em libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó Tátil

01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro Branco	01 Kit de lupas manuais
01 Mesa para computador	01 Plano inclinado- suporte para leitura
02 cadeiras	01 memória tátil

Fonte: (MEC, 2010).

A sala do Tipo II contém todos os recursos da sala tipo I e mais os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual (cegueira e baixa visão). No Quadro 2, estão relacionados os materiais disponibilizados para a sala tipo II.

Quadro 2. Lista de equipamentos, mobiliários e material didático-pedagógicos para sala Tipo II

Equipamentos e Materiais Didáticos/Pedagógicos
01 Impressora Braille- pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte:(MEC, 2010).

A sala de atendimento educacional especializado vem a ser um espaço da escola comum, onde se disponibilizam materiais didáticos, pedagógicos e de Tecnologia Assistiva e na qual trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, cognitiva, verbal), de transtornos globais de desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação. Essa sala pode favorecer e construir uma pluralidade de ações que vão desde o atendimento direto do aluno ou a grupos de alunos, até uma ação em rede, onde profissionais de diferentes áreas atuam para buscar a melhoria do ensino-aprendizagem do aluno.

Através do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Viver sem Limite, por meio do Decreto 7.612, de novembro de 2011, o governo investe em recursos e serviços de apoio à educação básica. Essas são ações que contemplam a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento educacional especializado- AEE, aquisição de ônibus escolares acessíveis e ampliação do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários do Beneficiária Prestação Continuada Assistência Social- BPC, por meio de ações articuladas entre as educações- áreas da educação, assistência social, direitos humanos e saúde.

Com o avanço das políticas públicas para a inclusão escolar, e com a implementação das salas de recursos o atendimento educacional especializado foi possível disponibilizar recursos de Tecnologia Assistiva – TA para pessoas com deficiência, atendendo suas peculiaridades permitindo maior autonomia e desenvoltura no seu processo de ensino-aprendizagem (SONZA, SALTON, STAPAZZON, 2015).

TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Os avanços tecnológicos estão cada vez mais sofisticados graças às inúmeras pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área da acessibilidade e inclusão social, tornando esses recursos tecnológicos importantes para o campo da reabilitação e da inclusão escolar. Na Educação Inclusiva, as Tecnologias estão trazendo um novo modelo de educação, rompendo com os padrões de ensino tradicionais e promovendo novas práticas de ensino-aprendizagem. Conforme a definição do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, a Tecnologia Assistiva é:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007c).

A Tecnologia Assistiva envolve uma série de possibilidades do desempenho humano, desde as atividades mais simples até as mais complexas. As Tecnologias Assistivas estão relacionadas por categorias: Adaptação ambiental e doméstica; Mobilidade; Órtese e prótese; Adequação Postural; Comunicação Alternativa e Suplementar; Acessibilidade Virtual e Adaptação Veicular.

As Tecnologias Assistivas podem ser descritas como um conjunto de ferramentas, serviços, equipamentos que auxiliam nas atividades cotidianas das pessoas com algum tipo de deficiência, pessoas idosas com mobilidade reduzida, promovendo maior autonomia e qualidade de vida. Neste sentido, a Tecnologia Assistiva possibilita e ajuda os alunos com necessidades especiais no seu processo de aprendizagem e de inclusão escolar.

Galvão Filho (2009) considera que a Tecnologia Assistiva apresenta-se como uma poderosa aliada para a inclusão dos alunos com necessidades especiais, considerando os recentes avanços nessa área. Podemos dizer que as Tecnologias de informação e Comunicação-TICs também podem ser utilizadas como Tecnologia Assistiva, pois os computadores são ferramentas que auxiliam as pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Através de adaptações de teclados, mouse, softwares especiais e acessibilidade, esses recursos possibilitam o acesso ao conhecimento, à escola, à comunicação e à interação com o meio em que vive (Galvão Filho e Damasceno, 2008).

A TIC e a TA são recursos que auxiliam na autonomia e na inclusão social da pessoa com deficiência não apenas no seu processo de aprendizado educacional como também no seu contexto social. Para Bersch (2006), na educação, a Tecnologia Assistiva vem se tornando, cada vez mais, um elo entre o processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência, auxiliando o aluno a realizar suas tarefas de forma mais autônoma dentro de suas habilidades.

Para que o professor possa utilizar estratégias que auxiliem os alunos no desenvolvimento de seus potenciais, é necessário conhecer os diferentes tipos de deficiência e suas especificidades para que possam elaborar suas práticas pedagógicas, viabilizando a participação dos alunos nas diferentes práticas vivenciadas na escola. É importante salientar que o professor precisa ter o conhecimento técnico e o domínio do computador para que possa integrar essa ferramenta às suas práticas pedagógicas.

As Tecnologias Assistivas são recursos que contribuem no desempenho funcional de atividades, reduzindo as incapacidades para a realização de atividades de vida diária e prática nos diversos aspectos do cotidiano, promovendo a essas pessoas uma melhor qualidade de vida proporcionando uma independência e autonomia dentro de suas limitações. Desta maneira, o uso das Tecnologias Assistivas tem um papel fundamental no processo de inclusão escolar das crianças com deficiência no sistema regular de ensino, pois, através da implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso dessas tecnologias possui o objetivo de suprir as necessidades dos alunos com deficiência e promover o encontro entre a tecnologia e as propostas pedagógicas.

Dentro das salas de recursos multifuncionais são disponibilizados alguns recursos de Tecnologia Assistiva, que são: máquina de escrever em Braille, acionador de mouse, colmeia - dispositivo usado no teclado do computador, lupa, tapete sensorial, plano inclinado, Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, informática, mobiliário, recursos pedagógicos. O professor deve procurar conhecer as dificuldades do aluno para escolher uma Tecnologia Assistiva que melhor se adapte para suprir a sua necessidade, eliminando, desta forma, as barreiras impostas pela deficiência apresentada.

É necessário, também, que haja um auxílio de outros profissionais que possam ensinar a utilização desses recursos tecnológicos de acessibilidades. O uso de recurso de Tecnologia Assistiva, para alguns alunos, é a única maneira de proporcionar o acesso ao conhecimento à escola, onde vão poder desenvolver suas habilidades, potencialidades e favorecer suas ações de como estudar, brincar, interagir, comunicar e permitir a convivência em grupo.

CONCLUSÃO

Diante da leitura realizada, verificou-se que a questão da inclusão de alunos com deficiência e a utilização das salas de AEE ainda é um grande desafio para o sistema educacional como um todo. Conforme os autores Carvalho(2008), Mantoan (2015), Sasaki(1999), diante do paradigma da educação inclusiva, as escolas precisam de um novo modelo educacional no lugar das velhas matrizes e, ainda, superar esse sistema tradicional de ensinar. A escola para todos não se dá apenas na aceitação das diferenças, na celebração da diversidade, mas sim na reestruturação dos métodos pedagógicos, revisando currículos e adaptando-os às necessidades específicas de cada aluno, na preparação e formação dos professores, gestores e comunidade para construir, de fato, uma sociedade inclusiva.

Com as novas políticas públicas inclusivas, as salas de Recursos Multifuncionais e os Atendimento Educacionais Especializado-AEE vêm ao encontro de promover a acessibilidade nas escolas regulares, eliminando a discriminação e a segregação. Para uma sala ser considerada inclusiva, deve haver um comprometimento do profissional que atua nesse espaço, buscando conhecer as necessidades destes alunos e auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de suas habilidades.

Podemos entender que a Tecnologia Assistiva é um recurso que promove a ação humana através de um dispositivo que auxilia no desempenho funcional de uma determinada atividade, seja ele de autocuidado, educacional e Laboral. Na educação inclusiva, pode-se observar que a TA é um recurso importante no processo de ensino-aprendizagem, pois os materiais e recursos didáticos adaptados às necessidades destes alunos vão auxiliá-lo no desenvolvimento da aprendizagem, na participação das diferentes práticas vivenciadas na escola, na sua autonomia e na sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia de iguais, mas diferentes**. 2000, p.137 a 152.
- BRASIL. 1999. Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm
- _____. Portaria nº13/2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- _____. Decreto 6.571 de 17 de Setembro de 2008. Disponível:
<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/legislacao/2008/DECRETO%20N.%206.571-2008%20-%20Atendimento%20educacional%20especializado,%20regulamenta%20o%20paragrafo%20unico%20do%20art.%2060%20da%20Lei%20no%209.394%20-%20LDB.pdf>
- _____. Resolução Nº 4, de 2 de Outubro de 2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf
- _____. Decreto 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm
- _____. Decreto 7.612/11 -Plano Viver sem Limite. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm
- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?** 2º Ed. São Paulo, Editora Paulus, 2010.
- BERSH, R. C. R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. Ensaios Pedagógicos. In: Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 3., 2006. Brasília: MEC/SEE, 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaios%20pedagogicos.pdf>
- CARLETO, E. A., SOUSA, I. C., Silva, R. L. F. C., FERREIRA, S. A. M. – **Sala de Recursos Multifuncionais: Inclusão ou exclusão escolar?** Revista História e Diversidade, Vol. 2, nº1, 2013.
- CARVALHO, R. E. –**Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre, Editora Mediação, 2008.
- Comitê de Ajudas Técnicas (CAT)- Disponível em:
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/noticias/comite-de-ajudas-tecnicas-debate-acoes-para-20112012>
- COURTINE, J.J. **O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade**. In História do Corpo: as mutações do olhar- O século XX. COURTINE, J.J.; COBRIN, A.; VIGARELLO, G. (Org), 3º vol., editora Vozes, 2008, 616 p.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v.6n n.11, 2009, p.65-77.
- GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação demanda e perspectiva**. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2º edição, tradução de Sonia M.S. Fuhrmann – Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Summus editora, 2015.

MEC – Ministério da Educação. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursosmultifuncionais&Itemid=30192

_____. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&Itemid=30192.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Constituindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SODRÉ, Muniz. **Diversidade e diferença**. Revista Científica de Información y Comunicación, Número 3, 2006, Servilha. LOPES, Ana Maria D'Avila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a intercultural idade. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* [online]. 2012, vol.20, n.38, pp. 67-81.

SONZA, A. P. (Org). **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva**: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. [et.al.] 2013.